



Resumo

O presente *policy paper* centra-se no fenómeno de grande expansão dos cursos profissionais no ensino secundário que se verificou em Portugal a partir de 2006. Com recurso a microdados, é avaliado o impacto que esta expansão produziu nos resultados escolares, no emprego e no empreendedorismo. O estudo apresenta também recomendações de políticas com base nos resultados observados — que são genericamente positivos —, ao mesmo tempo que aborda os desafios subsistentes no sistema de ensino profissionalizante.



1. Introdução

O ensino e formação profissionais (EFP) são uma componente essencial de muitos sistemas educativos em todo o mundo. O EFP pode ser definido como a formação de competências e o ensino de conhecimentos relacionados com um determinado ofício, profissão ou vocação em que o estudante ou trabalhador deseja participar [fonte: [link](#)].

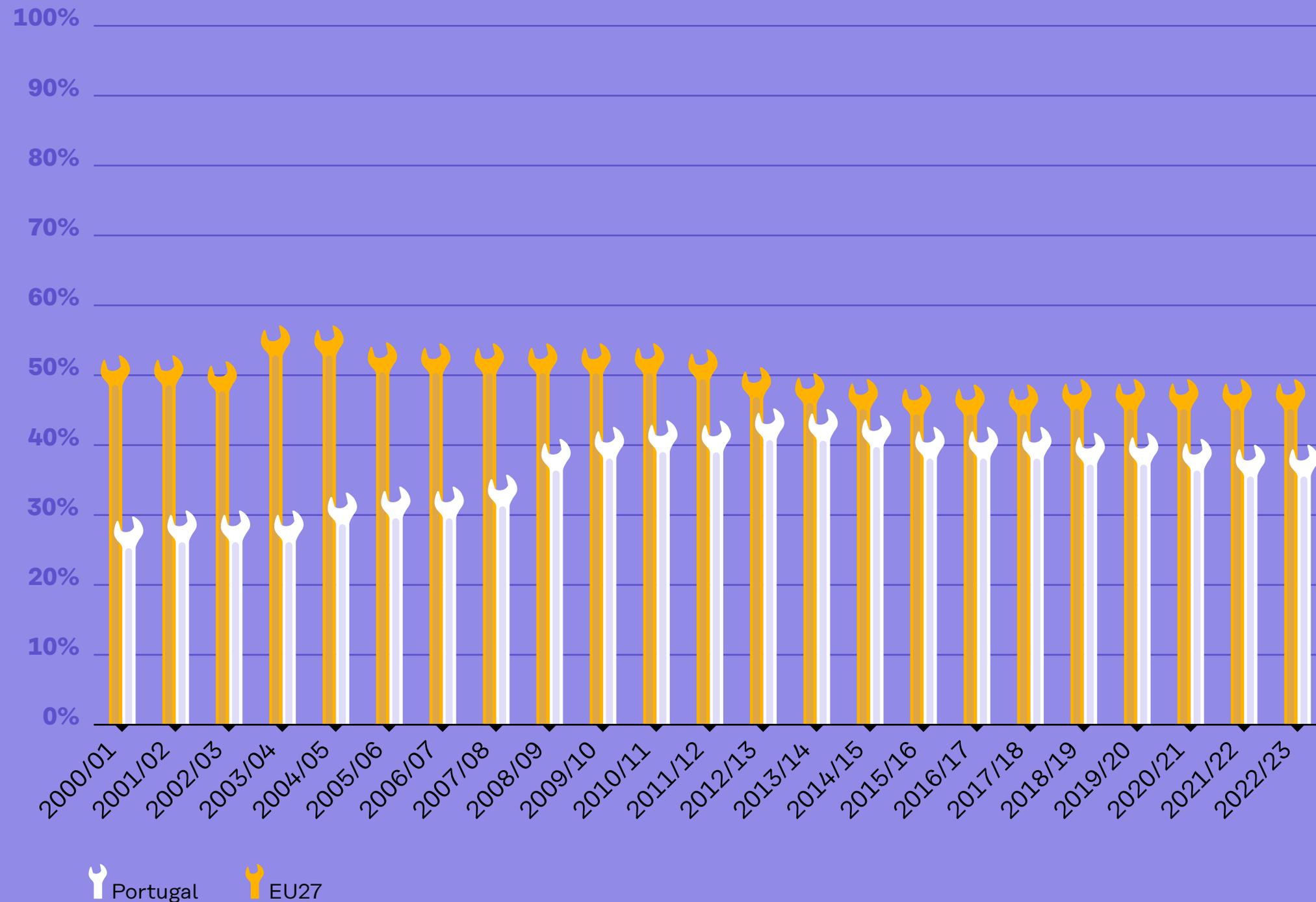
No início do século XXI, Portugal estava, no que respeita à percentagem de jovens estudantes inscritos em cursos de ensino e formação profissionais, atrasado em relação à maioria dos países da União Europeia. No ano letivo de 2000/2001, apenas 28% dos alunos do ensino secundário em Portugal estavam inscritos em algum tipo de curso de EFP, muito longe da média de 52% da UE-27.

No entanto, na sequência do aumento significativo da oferta no ensino e formação profissionais, que se registou em Portugal **a partir de 2006, a percentagem de estudantes do ensino e formação profissionais no ensino secundário aumentou substancialmente, atingindo um máximo de 45% em 2013/2014**. Desde então, a percentagem diminuiu ligeiramente, mas mantém-se próxima dos 40%. Em comparação com o início do século, Portugal está agora mais próximo da média da UE, que, apesar de algumas flutuações, tem continuado a situar-se perto dos 50%.

A percentagem de estudantes de EFP no ensino secundário varia significativamente de país para país. Em 2021/2022, era de cerca de 20% na Irlanda e em Chipre, cerca de 40% em Portugal, França e Espanha, e atingia os 70% na Áustria, nos Países Baixos, na Eslovénia e na Croácia.¹

F1. Percentagem de estudantes do ensino profissional no ensino secundário

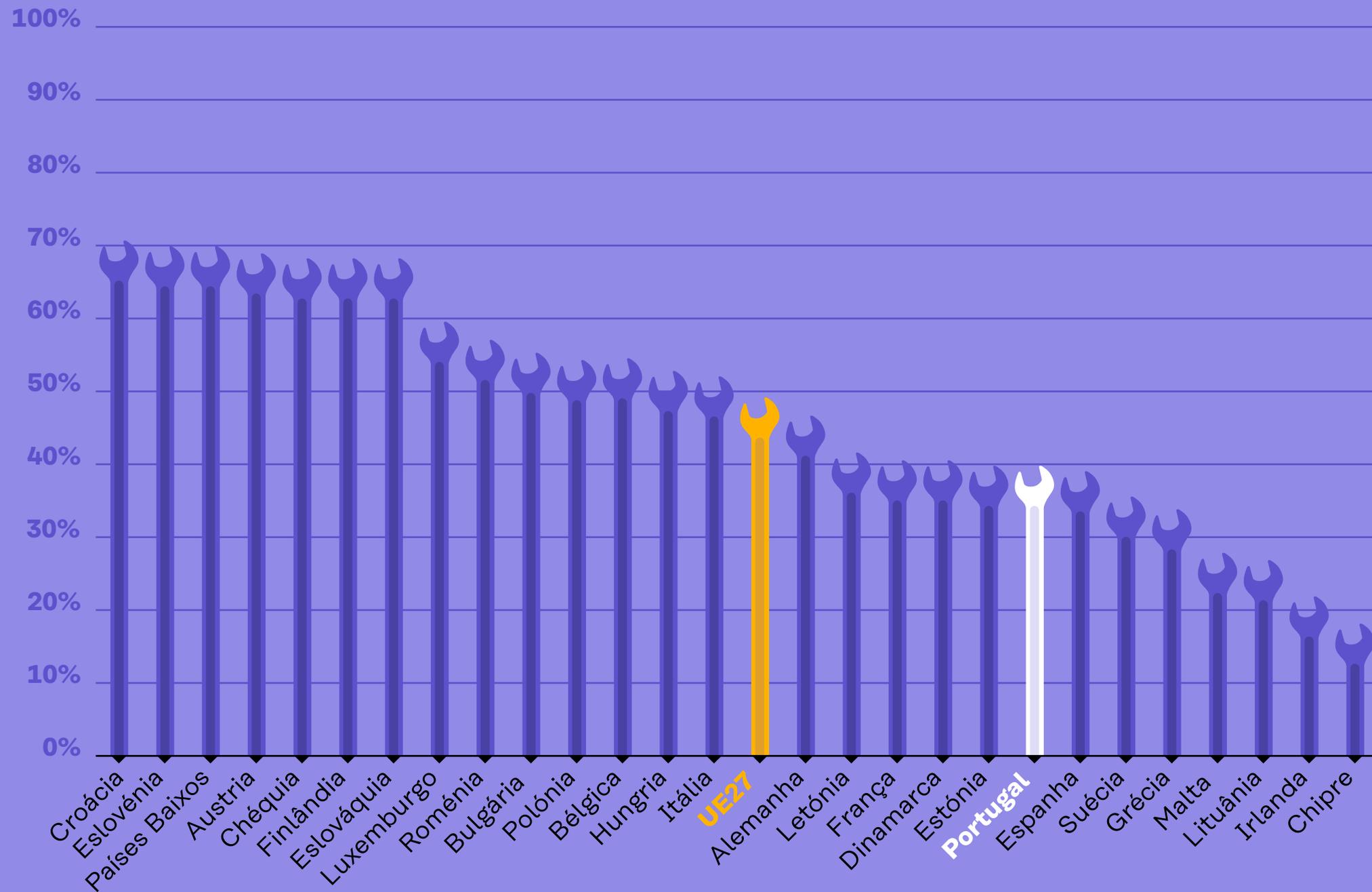
Fontes: UNESCO, Direção-Geral
de Estatísticas da Educação
e Ciência (DGEEC)



 Portugal  EU27

F2. Percentagem de estudantes do ensino profissional no ensino secundário, 2021/2022

Fontes: Eurostat, DGEEC



O aumento da percentagem do EFP no ensino secundário que se regista em Portugal desde o início do século XXI foi impulsionado por uma série de fatores:

- + Os percursos académicos tradicionais não eram atrativos nem adequados para todos os alunos, sobretudo para os que se encontravam em risco de abandono escolar, havendo, em 2000/2001, taxas de abandono e de retenção extremamente elevadas, na ordem dos 39%.
- + A oferta educativa era pouco diversificada, escasseando os cursos que proporcionassem simultaneamente competências académicas gerais e competências profissionais especializadas, capazes de facilitar a transição para o mercado de trabalho.
- + Em 2009, a idade da escolaridade obrigatória passou dos 15 anos (9.º ano, ensino básico) para os 18 anos (12.º ano, ensino secundário), o que exigiu o alargamento da oferta de cursos ao nível do ensino secundário.

- + E, por último, o apoio financeiro ao ensino e formação profissionais através do Fundo Social Europeu.²

É provável que surjam em breve novas reformas e investimentos no EFP a nível europeu, uma vez que a Comissão Europeia pretende desenvolver uma estratégia para criar um sistema de EFP atrativo e inovador [\[link\]](#). **Em Portugal, há planos para expandir ainda mais o EFP no futuro, tendo sido anunciado o objetivo de atingir 55% da totalidade dos alunos inscritos no ensino secundário [\[link\]](#).**

Tendo em conta o elevado investimento e os planos para novas reformas no ensino profissional, é fundamental avaliar o impacto do EFP. **Os dados disponíveis relativamente a Portugal sugerem que a recente expansão do ensino e formação profissionais teve resultados positivos:**

- + Aumento da conclusão do ensino secundário,³ com a taxa de retenção e de abandono escolar a descer para menos de 10% em 2022/2023.
- + Taxas de inatividade baixas: em 2023, a taxa de inatividade entre os jovens adultos com idades compreendidas

entre os 25 e os 34 anos e que tivessem concluído o ensino profissional no secundário era notavelmente baixa, situando-se em 5,6%, bem abaixo da taxa de inatividade entre os jovens provenientes do ensino geral (10,6%) e abaixo das médias da UE e da OCDE (cerca de 11%).⁴

- + Rápida transição para o mundo do trabalho: **72% dos alunos que acabam de concluir o ensino profissional conseguem emprego no prazo de um a dois anos, percentagem que se fica pelos 56% entre os alunos do ensino geral.**⁵
- + Salários mais elevados para os trabalhadores formados no ensino secundário profissional do que para os trabalhadores formados no ensino secundário geral.⁶

Neste *policy paper*, iremos explorar o impacto da recente expansão dos cursos de EFP em Portugal em duas vertentes importantes:

- + Será que a expansão dos cursos de formação profissional em Portugal teve

impacto ao nível do emprego nas profissões específicas visadas por esses cursos? Em concreto, analisamos a forma como a abertura de novos cursos profissionais no ensino secundário após 2006 influenciou o emprego nas ocupações profissionais correspondentes. Analisamos os impactos tanto à escala local como à escala regional: a primeira é avaliada ao nível do município; a segunda, ao nível da NUTS III.

- + Que impacto teve a expansão dos cursos de EFP na criação de empresas e no empreendedorismo? Uma vez que os programas de ensino e formação profissionais privilegiam as competências práticas, o seu crescimento contribuiu para uma maior disponibilidade de mão de obra, a qual se tornou mais especializada. Esta bolsa crescente de profissionais qualificados tem potencial para impulsionar a criação de novas empresas, especialmente em determinados setores da economia.

2. Cursos profissionais em Portugal

Em Portugal, todos os cursos de EFP do ensino secundário oferecem dupla certificação:

- + Uma componente académica, que permite aos estudantes concluir o ensino secundário e ingressar no ensino superior.
- + Uma qualificação profissional, centrada em competências práticas e específicas para o trabalho, incluindo frequentemente estágios e formação em contexto empresarial, de modo a facilitar a transição para o mercado de trabalho.

A grande expansão dos cursos de EFP no ensino secundário ocorrida a partir de 2006 foi desencadeada pela expansão dos cursos profissionais.⁷ De 2005/2006 a 2009/2010, a percentagem de alunos do ensino secundário inscritos em cursos profissionais aumentou significativamente, de 13% para 31%.

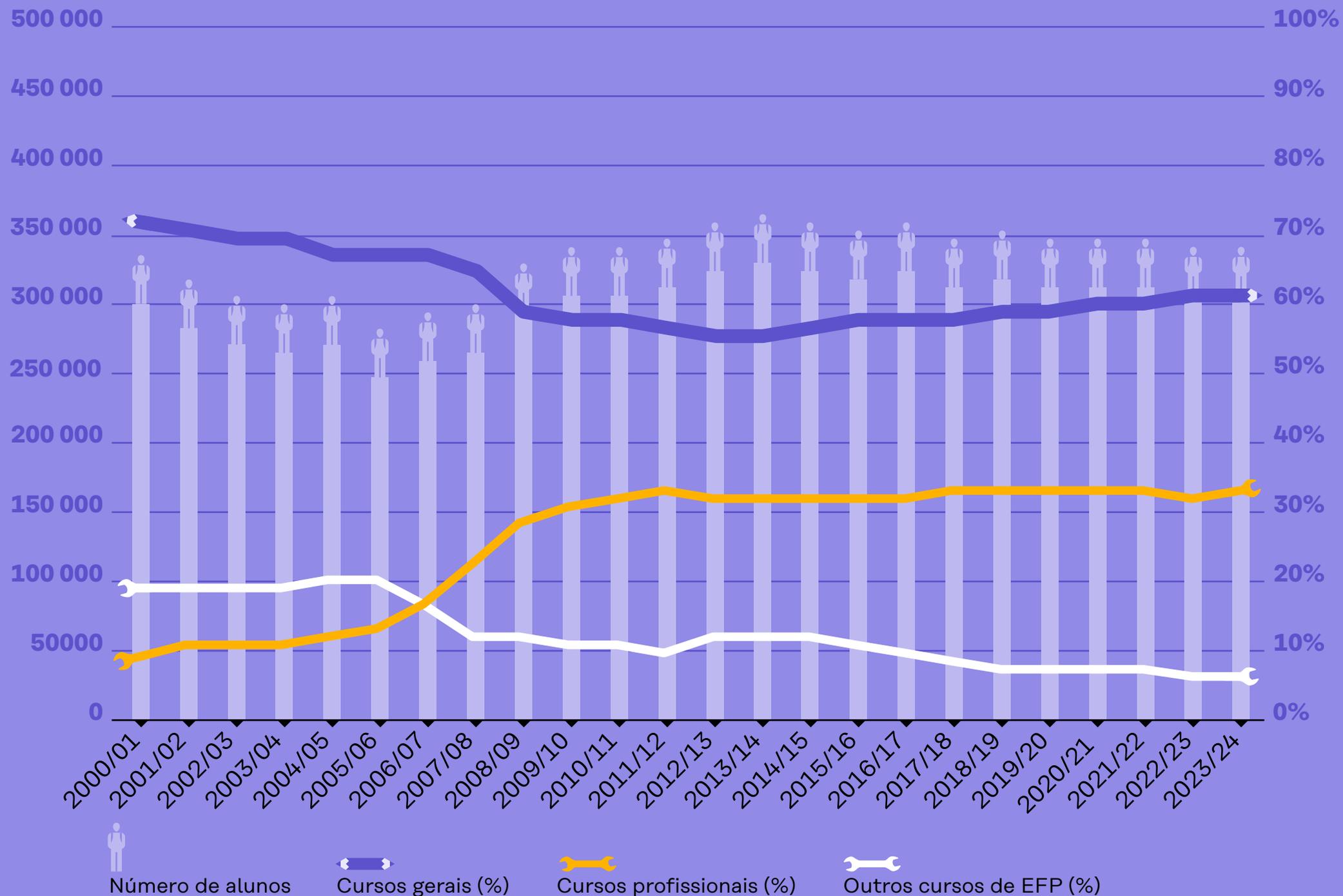
À semelhança dos cursos gerais da via académica do ensino secundário, **os cursos profissionais têm uma duração de três anos. O seu currículo combina disciplinas socioculturais e científicas com módulos tecnológicos específicos, bem como formação em contexto de trabalho.**⁸

Os cursos profissionais constituem atualmente a maioria das opções de EFP no ensino secundário, com uma oferta significativa por parte das escolas públicas:

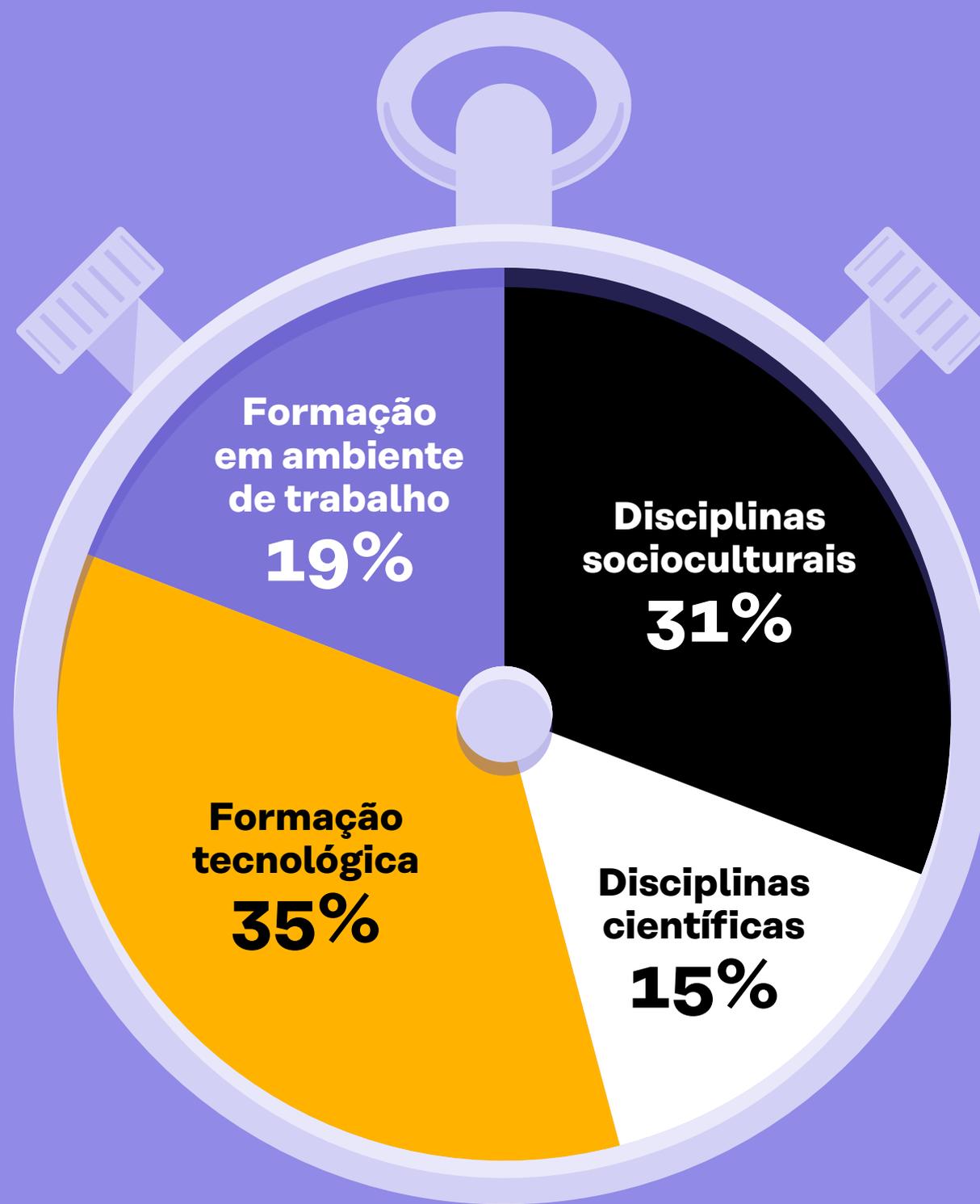
- + No ano letivo de 2023/2024, 84% dos estudantes do EFP estavam inscritos em cursos profissionais.
- + Destes, 59% frequentavam escolas públicas, o que representa um aumento significativo em relação aos 8% registados em 2000/2001.

F3. Número de alunos inscritos no ensino secundário e respetivas percentagens em cursos gerais, cursos profissionais e outros cursos de EFP⁹ (excluindo a educação de adultos)

Fonte: DGEEC — 75 Anos de Estatísticas da Educação; Estatísticas da Educação de 2021/2022 a 2023/2024.



F4. Carga horária típica dos cursos profissionais ao longo dos três anos de formação



Entre 2006/2007 e 2018/2019, foram lançados 4328 novos cursos profissionais.¹⁰ Os primeiros grupos de alunos inscritos nestes novos cursos chegaram ao 12.º ano entre 2009 e 2021. O ano letivo de 2007/2008 foi o que registou o maior número de aberturas de novos cursos, num total de 867 cursos. Após 2012/2013, o número de aberturas de novos cursos abrandou, estabilizando em cerca de 140 a 240 por ano.

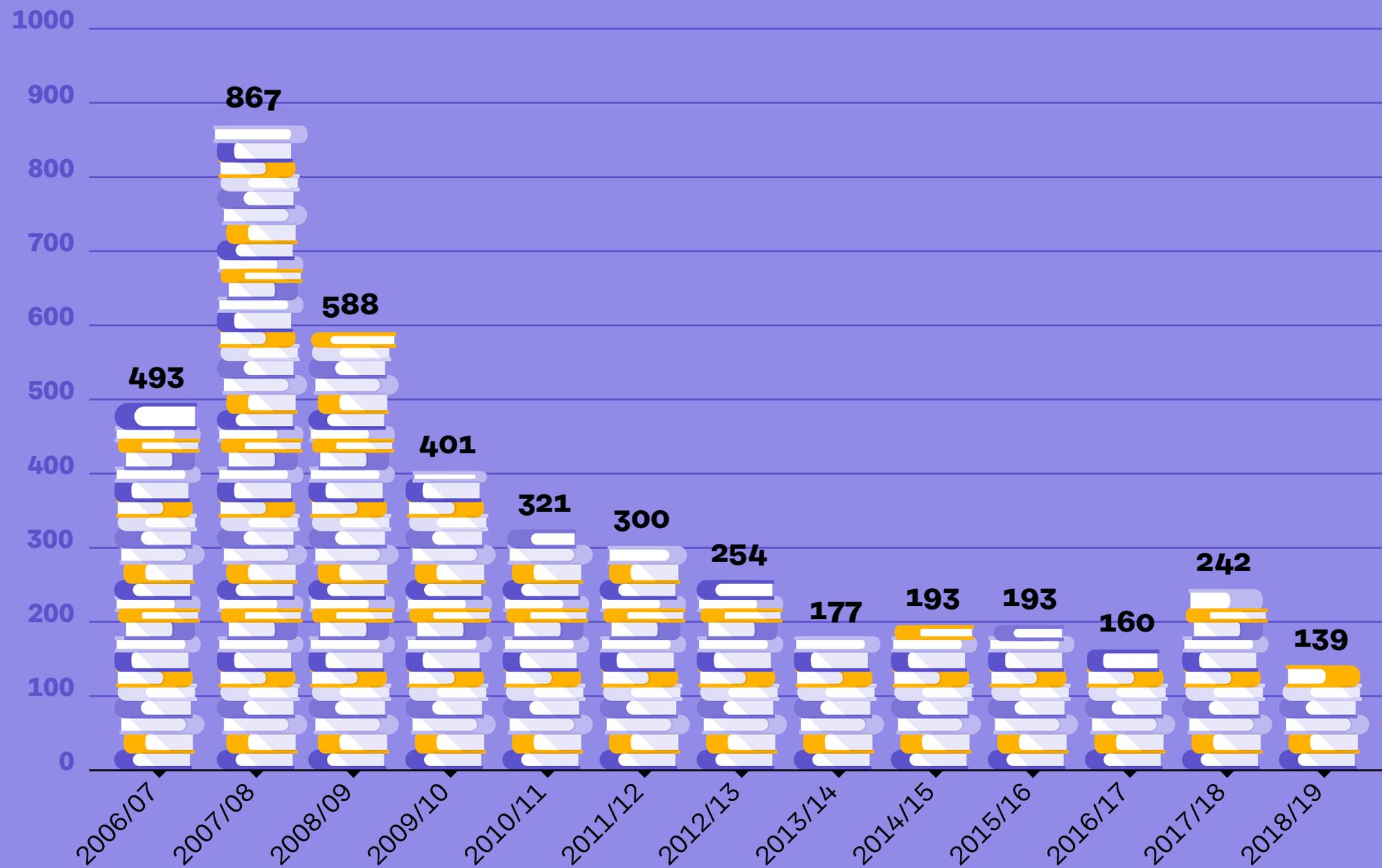
Em termos de áreas de educação e formação, os cursos profissionais de Informática representam a maior fatia dos novos cursos, com mais de 12% (546 cursos), seguidos da Hotelaria e Restauração, com 9% (367 cursos), e do Turismo e Lazer, com 7% (315 cursos).¹¹

Em termos geográficos, a oferta de novos cursos profissionais concentra-se sobretudo nas zonas mais densamente povoadas. Em contrapartida, as regiões rurais do interior, como o Alentejo e Trás-os-Montes, bem como algumas partes do Algarve, registam menos ou nenhuma abertura de novos cursos.

De acordo com a classificação regional NUTS II 2013, as regiões Norte e Centro registaram o maior número de novos cursos, com 1544 e 1480, respetivamente. Seguiram-se o Alentejo (559) e a Área Metropolitana de Lisboa (494), enquanto o Algarve registou o menor número de novos cursos, com apenas 251. De notar que estas duas últimas regiões têm também menos acesso aos fundos europeus e enfrentam taxas de cofinanciamento mais baixas, o que pode ajudar a explicar as disparidades.

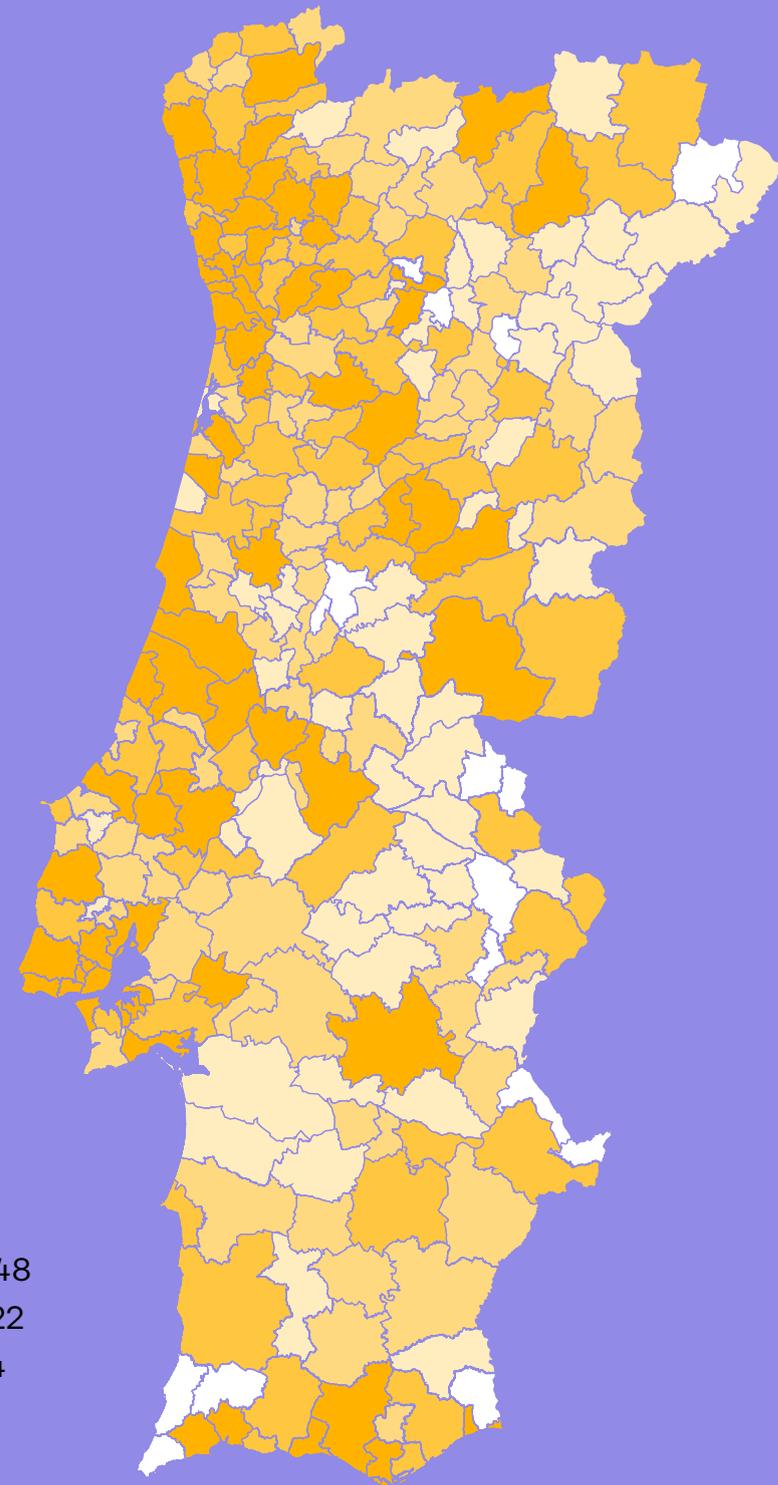
F5. Número de novos cursos profissionais lançados em cada ano letivo¹²

Fonte: cálculos dos autores com base em dados da DGEEC.



F6. Número de novos cursos profissionais lançados em cada concelho (2006/07-2018/19)

Fonte: cálculos dos autores com base nos dados da DGEEC



3. Os impactos da expansão dos cursos profissionais

a. Metodologia

Passamos agora à análise dos impactos da significativa expansão dos cursos profissionais, ocorrida a partir de 2006. Mais especificamente, iremos analisar se a introdução progressiva de novos cursos profissionais, direcionados para várias atividades, nos diversos municípios de Portugal continental levou a um aumento do emprego de formandos do EFP nessas profissões, bem como à criação de novas empresas nos setores de atividade económica relacionados. A nossa análise incide sobre os novos cursos profissionais introduzidos entre 2006/2007 e 2018/2019, com os primeiros grupos de alunos a finalizarem o curso entre 2009 e 2021.

Para compreender as consequências da introdução de novos cursos profissionais — nomeadamente em termos de empregabilidade ou de criação de novas empresas — ao longo do tempo e em diferentes municípios e setores, utilizámos a abordagem que se segue.¹³

- + Uma vez que os novos cursos foram introduzidos em diferentes municípios e anos, tratamos cada introdução como um evento, o que nos permite comparar, em cada caso, os resultados antes e depois da introdução do curso.
- + Para cada município e setor em que foi introduzido um novo curso, analisamos a evolução dos resultados ano a ano, começando no ano anterior à conclusão do curso pelo primeiro grupo de estudantes. Isto permite-nos perceber não só se o curso tem um efeito, mas também o modo como esse efeito muda ao longo do tempo — por exemplo, se o impacto aumenta, diminui ou permanece estável nos anos após a conclusão do curso.
- + Para isolar o efeito dos novos cursos, utilizamos como grupo de controlo os municípios e setores que nunca introduziram um novo curso.¹⁴ Estes servem de referência para definir os resultados expectáveis caso o novo curso não tivesse sido introduzido.

- + Comparamos as alterações ao longo do tempo entre os municípios e setores que introduziram pelo menos um novo curso e os que não o fizeram, avaliando o efeito em cada ano desde a conclusão do curso pelo primeiro grupo.
- + Além disso, analisamos as tendências nos anos anteriores à primeira conclusão do curso, de forma a ter em conta quaisquer diferenças preexistentes entre os dois grupos sob comparação (um com novo curso profissional, outro sem).¹⁵

b. Impacto no emprego

Nesta secção, avaliamos se a expansão significativa dos cursos profissionais se traduziu numa maior empregabilidade nas áreas profissionais correspondentes¹⁶ no concelho da escola onde o curso foi introduzido.¹⁷ Recorrendo aos dados dos Quadros de Pessoal¹⁸ de 2002 a 2022, é possível acompanhar, nas várias profissões e em cada ano, o número de empregados que concluíram o ensino secundário profissional.¹⁹

O quadro seguinte mostra o impacto médio da introdução de um novo curso profissional sobre uma determinada ocupação a nível

municipal,²⁰ registando as alterações de número de trabalhadores verificadas no ano em que o primeiro grupo de alunos se forma (ano 0) e nos anos subsequentes.

Impacto da criação de novos cursos profissionais sobre o emprego (em número de trabalhadores), na atividade correspondente e ao nível do município.

Número de anos após a conclusão do curso	0	1	2	3	4	5
Impacto no número de trabalhadores	-0,03	0,05	0,14**	0,17**	0,18*	0,20*
Impacto em %	-3%	4%	11%**	14%**	14%*	16%*

Em média, a abertura de um novo curso profissional num município conduz a um aumento de 0,14 trabalhadores na profissão específica desse curso dois anos depois de o primeiro grupo de alunos ter concluído o curso, e de 0,17 trabalhadores após três anos. O impacto parece aumentar com o tempo, o que faz sentido, tendo em conta que, a cada ano que passa, se vão formando novos grupos de alunos. Por comparação com o nível médio de emprego registado no período de referência — definido

Notas: O número médio de trabalhadores em todas as combinações de municípios e profissões (no CPP a quatro dígitos) no ano anterior à finalização do curso é igual a 1,25. O impacto em % é calculado em relação a essa média. As marcações * e ** assinalam valores estatisticamente significativos a 10% e 5%, respetivamente.

Estimativas corrigidas para diferenças nas tendências antes da conclusão dos novos cursos.

Fonte: cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal 2002-2022 e nas bases de dados da DGEEC.



como um ano antes da conclusão do curso — estes números representam um aumento de 11% dois anos após a conclusão do curso e de 14% três anos depois.

Assim, tendo em conta que **foram criados 4123 novos cursos profissionais²¹ ligados a ocupações profissionais, estimamos que tenha havido um aumento contrafactual total do emprego nessas ocupações de 565 trabalhadores dois anos após a conclusão do curso e de 717 trabalhadores três anos depois.**

No entanto, se compararmos estes valores com o número total de alunos do primeiro grupo no momento da conclusão do curso — a saber, 65 350 alunos —, o impacto estimado no emprego corresponde a apenas 0,86% dois anos após a conclusão do curso e a 1,1% após três anos. Estes resultados evidenciam o modesto efeito global dos novos cursos profissionais sobre o emprego nas profissões correspondentes no município onde o curso teve lugar.

A análise acima foi aplicada de forma separada a cada região NUTS II 2013. Os resultados revelam alguma heterogeneidade entre regiões. No entanto, devido ao facto de os conjuntos de dados regionais serem bastante reduzidos, a maioria dos valores estimados não é estatisticamente significativa. Em geral, porém, os impactos

permanecem pouco expressivos, maioritariamente inferiores a 1 trabalhador adicional.

Analisámos também os impactos verificados ao separarmos os municípios com densidades populacionais altas e baixas. Os resultados indicam que há um maior impacto no emprego em municípios com densidade populacional acima da média. Além disso, ao tratar separadamente os cursos em função do número de alunos à data da conclusão do curso, os impactos positivos apenas se revelam nos casos de novos cursos com grupos maiores de alunos. No entanto, em todos os casos, os impactos são sempre modestos, nunca ultrapassando meio trabalhador.

Uma possibilidade de explicação para a pouca expressividade dos impactos verificados no emprego é o facto de a análise acima explicada se centrar no emprego no município onde o curso teve lugar. Para apreender os possíveis efeitos indiretos sobre o emprego noutros municípios, analisámos os impactos sobre o emprego ao nível das regiões NUTS III 2013 (num total de 23 regiões). Foi assim possível apreender parcialmente as situações em que um estudante termina um curso num município e depois vai trabalhar na atividade correspondente, mas num município vizinho.

No quadro seguinte apresentamos o impacto médio da criação de novos cursos

profissionais²² direcionados para profissões específicas (nível CPP de quatro dígitos), numa região NUTS III 2013, sobre o emprego dos trabalhadores com formação em EFP associados a essa profissão nessa região.

Impacto da criação dos novos cursos profissionais sobre o emprego (em número de trabalhadores) na profissão correspondente, ao nível da NUTS III

Número de anos após a conclusão do curso	0	1	2	3	4	5
Impacto no número de trabalhadores	-0,40	0,92*	1,50**	1,84**	1,85**	1,76*
Impacto em %	-4%	10%*	16%**	19%**	20%**	19%*

Desta vez, o impacto é de mais 1,5 trabalhadores dois anos após a conclusão do curso e de cerca de 1,8 trabalhadores nos anos seguintes. Por comparação com o número médio de trabalhadores formados no EFP no ano anterior à conclusão do curso, o emprego entre alunos formados no EFP aumentou 16% dois

anos após a conclusão do curso e cerca de 20% nos anos seguintes.

Por comparação com o número total de alunos do primeiro grupo (15 835), o impacto estimado no emprego corresponde a 10% ao fim de dois anos e, depois disso, a 12%.

Estes resultados, que **revelam um maior impacto no emprego a nível regional do que a nível municipal, sugerem que os alunos se deslocam frequentemente entre municípios vizinhos para procurar emprego.**

No entanto, o impacto global continua a ser pouco expressivo. Esta situação pode refletir um desfasamento entre os cursos que os alunos frequentam e os empregos a que mais tarde acedem. Embora os cursos sejam concebidos para profissões específicas, muitos dos alunos, depois de concluírem os estudos, vão trabalhar em domínios sem relação ou com pouca relação com esses cursos, o que sugere que a procura do mercado de trabalho nem sempre corresponde à formação que fizeram. Este facto aponta para um desfasamento entre as competências proporcionadas pelo EFP e as competências procuradas pelos empregadores.

Aplicámos também a nossa análise a um grupo mais alargado de profissões (utilizando a

Notas: O número médio de trabalhadores em todas as combinações de NUTS III e profissões (no CPP a 4 dígitos) no ano anterior à finalização do curso é de 9,46. O impacto em percentagem é calculado em relação a essa média. As marcações * e ** assinalam valores estatisticamente significativos a 10% e 5%, respetivamente.

Estimativas corrigidas para diferenças nas tendências antes da conclusão dos novos cursos.

Fonte: cálculos dos autores com base nos Quadros de Pessoal 2002-2022 e nas bases de dados da DGEEC.



CPP a três dígitos, em vez de quatro).²³ Contudo, não identificámos efeitos de grande magnitude.

Estes resultados indicam ainda que, embora os alunos formados no EFP entrem no mercado de trabalho, muitas vezes não o fazem desempenhando funções diretamente relacionadas com a sua formação. Por consequência, muitos deles podem não vir a aplicar plenamente as competências desenvolvidas durante a sua formação. Neste contexto, **o EFP parece funcionar bem como via de acesso ao emprego. O EFP desempenha também um papel importante na redução das taxas de abandono escolar e na promoção da equidade. No entanto, é menos eficaz enquanto ferramenta para desenvolver de forma consistente competências profissionais específicas que correspondam às necessidades do mercado de trabalho.**

Em resumo, concluímos que:

- + Há um impacto positivo mas modesto sobre o emprego nas profissões visadas pelos cursos:
 - O emprego aumentou a nível regional, embora nem sempre no município onde se realizou o curso.

- Passados três anos, o emprego aumentou 20% nos mercados de trabalho regionais ligados a cursos específicos de EFP.

- + Continua a existir um desfasamento entre a formação e a colocação profissional:
 - Muitos dos alunos formados no EFP vão trabalhar fora da sua área específica de formação, o que sugere a necessidade de um melhor alinhamento dos cursos com as necessidades reais do mercado de trabalho.

c. Impacto na criação de empresas

Nesta secção, analisamos a forma como a expansão dos cursos profissionais influenciou a criação de empresas nas áreas de atividade económica a eles associadas.²⁴ Cada novo curso profissional foi associado a uma atividade económica.²⁵ Em seguida, recorreremos aos dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)²⁶ de 2004 a 2022 para acompanhar a criação anual de novas empresas em diversas atividades económicas.²⁷

Existem dois tipos de empresas:

- + Empresas em nome individual (ENI): trabalhadores independentes ou entidades empresariais constituídas por uma única pessoa, que podem estar associadas a empresários individuais.²⁸
- + Sociedades: entidades comerciais ou empresas que são legalmente reconhecidas e estruturadas de acordo com a lei portuguesa. São constituídas por um ou mais indivíduos (ou outras empresas), que acordam em exercer atividades económicas em conjunto.

O quadro que se segue apresenta o impacto médio global da introdução de um novo curso profissional associado a uma atividade económica específica ao nível do município.^{29/30} Mais concretamente, mostra o impacto dos cursos profissionais na taxa de criação de novas empresas, sociedades e ENI, no ano de conclusão do curso pelo primeiro grupo de alunos (ano 0) e nos anos seguintes.

Impacto dos cursos profissionais na taxa de criação de novas sociedades e ENI na correspondente área de atividade económica, ao nível municipal

Número de anos após a conclusão do curso	0	1	2	3	4	5
Impacto na taxa de criação de novas sociedades	-0,01	0,10	0,17*	0,40***	0,67***	0,62***
Impacto em %	0%	5%	8%*	19%***	32%***	30%***
Impacto na taxa de criação de novas ENI	0,03	0,00	0,23*	0,35**	0,33***	0,30**
Impacto em %	1%	0%	6%*	9%**	9%***	8%**

O impacto na taxa de criação de novas sociedades só é perceptível alguns anos após a conclusão do curso pelo primeiro grupo de estudantes e aumenta gradualmente, atingindo um aumento de 0,67 novas sociedades por ano quatro anos depois. Trata-se de um aumento de 32% em relação à taxa média de criação de novas sociedades — que é de 2,1 por ano —, o que constitui um efeito substancial.

Notas: O número médio de novas sociedades e ENI em todas as combinações de municípios e atividades económicas no ano anterior à conclusão do curso é de 2,08 e 3,71. Os impactos em % são calculados em relação a essas médias. As marcações *, ** e *** assinalam valores estatisticamente significativos a 10%, 5% e 1%, respetivamente.

Tendências semelhantes antes da conclusão dos novos cursos.

Fonte: cálculos dos autores a partir das bases de dados SCIE 2004-2022 e DGEEC.

O impacto na taxa de criação de novas ENI também demora alguns anos a verificar-se, atingindo um máximo de 0,35 ENI adicionais por ano ao fim de três anos. Em termos relativos, e em comparação com o caso das sociedades, os impactos não são tão elevados, especialmente se tivermos em consideração o facto de a taxa média de criação de novas ENI ser de 3,7 por ano.

É possível que esta disparidade se deva ao facto de o número crescente de alunos formados no ensino profissional, com formação prática e aptos para o trabalho, ter sobretudo beneficiado as novas empresas que procuram ativamente trabalhadores qualificados para operações estruturadas e passíveis de expansão. Em contrapartida, a criação de uma pequena empresa exige competências empresariais, incluindo o assumir de riscos e a gestão do negócio, temas que normalmente não são abordados nos programas dos cursos profissionais. Além disso, a complexidade da regulamentação, a logística da cadeia de abastecimento, a necessidade de criar redes de ligações profissionais e os elevados custos iniciais constituem obstáculos significativos para muitos

jovens recém-formados, a maioria com menos de 20 anos, que tentam lançar com êxito as suas próprias empresas.

À semelhança da análise do emprego, e de forma a ter em consideração a mobilidade dos indivíduos formados no EFP que trabalham em municípios vizinhos, alargámos a nossa análise para o nível regional NUTS III. Os resultados são apresentados no quadro seguinte.

Impacto dos cursos profissionais na taxa de criação de novas sociedades e ENI, na correspondente área de atividade económica, ao nível da NUTS III

Número de anos após a conclusão do curso	0	1	2	3	4	5
Impacto na taxa de criação de novas sociedades	-0,23	0,45	-0,01	1,72	4,12**	6,12**
Impacto em %	-2%	3%	0%	11%	27%**	39% **
Impacto na taxa de criação de novas ENI	-0,79	-3,52	0,10	3,90**	2,91**	3,99***
Impacto em %	-2%	-8%	0%	9%**	7%**	9%***

Notas: O número médio de novas sociedades e ENI em todas as combinações de NUTS III e atividades económicas no ano anterior à conclusão do curso é de 15,5 e 42,9. Os impactos em % são calculados em relação a essas médias. As marcações ** e *** assinalam valores estatisticamente significativos a 5% e 1%, respetivamente.

Tendências semelhantes antes da conclusão dos novos cursos.

Fonte: cálculos dos autores a partir das bases de dados SCIE 2004-2022 e DGEEC.

Ao alargarmos a análise às regiões NUTS III, a dimensão dos efeitos aumenta, mas o impacto relativo mantém-se semelhante. Tal como anteriormente, o impacto na taxa de criação de empresas demora alguns anos a materializar-se, mas depois aumenta regularmente.

No cômputo geral, concluímos que:

- + Os cursos profissionais estimulam a criação de empresas nos setores de atividade a que dizem respeito: os resultados sugerem um impacto positivo da expansão dos cursos profissionais na criação de empresas nas áreas de atividade económica que lhes estão associadas, sugerindo que os novos cursos profissionais estão alinhados com as oportunidades de mercado.
- + É preciso tempo para que o impacto se faça sentir: o impacto surge gradualmente e torna-se mais pronunciado alguns anos após a conclusão do curso pelo primeiro grupo de alunos. É possível que este

facto reflita o tempo que os indivíduos formados no EFP precisam para ganhar experiência antes de criarem uma empresa, ou que signifique que só é viável criar novas empresas quando há uma bolsa suficientemente grande de trabalhadores especializados.

- + Regista-se um maior aumento do número de sociedades: embora haja um impacto positivo em ambos os tipos de empresas, o número de sociedades sofre um aumento maior e mais sustentado do que o das ENI. Isto sugere que os cursos profissionais podem ser especialmente eficazes no apoio à criação de empresas mais estruturadas ou de capital intensivo.

4. Principais conclusões

- + Rápida integração no mercado de trabalho:
 - 72% dos alunos que concluíram o ensino secundário profissional e que não prosseguiram os estudos nem qualquer outra formação conseguem empregar-se no prazo de um a dois anos, contrastando com apenas 56% dos alunos que concluíram o ensino secundário geral.
- + A expansão dos cursos profissionais melhorou os resultados escolares:
 - As taxas de abandono e de retenção no ensino secundário diminuíram drasticamente — de 39% em 2000 para menos de 10% em 2023.
 - As taxas de conclusão do ensino secundário aumentaram, sobretudo entre os estudantes oriundos de meios socioeconómicos mais desfavorecidos.
- + Impacto positivo mas modesto no emprego em profissões específicas:
 - O emprego nos domínios especificamente relacionados com os cursos profissionais teve um aumento nas regiões onde os novos cursos foram lançados, embora

com menor intensidade no município específico onde o curso teve lugar.

- Três anos após a implementação dos cursos, as regiões que introduziram programas profissionais específicos registaram um aumento de 20% no número de empregos nas profissões visadas.

- + Continua a existir um desfasamento entre a formação e a colocação profissional:
 - Muitos dos alunos que concluem os cursos profissionais acabam por trabalhar fora da sua área específica de formação, o que pode sugerir a necessidade de um melhor alinhamento dos cursos profissionais com as necessidades do mercado de trabalho.
- + O ensino profissional dinamiza o empreendedorismo e a criação de empresas:
 - A criação de novas empresas aumentou significativamente após terem decorrido três a cinco anos desde a entrada no mercado de trabalho dos alunos que concluíram cursos de ensino e formação profissionais (EFP).
 - Este aumento foi mais significativo em termos de criação de sociedades do que de empresas em nome individual.

5. Recomendações de políticas

A recente expansão do ensino e formação profissionais em Portugal teve efeitos benéficos assinaláveis nas taxas de abandono e retenção escolar, no emprego e na criação de empresas. No entanto, para aproveitar plenamente o seu potencial, há áreas em que são necessárias medidas políticas adicionais. Ao promover o alinhamento das ofertas educativas com as exigências do mercado de trabalho, ao apoiar as iniciativas de empreendedorismo e ao abordar as disparidades regionais, o sistema português de EFP pode continuar a contribuir significativamente para o crescimento económico e para o emprego dos jovens.

As recomendações que se seguem visam tirar partido dos impactos positivos que constatámos terem resultado da expansão do EFP em Portugal e, simultaneamente, abordar as principais áreas a melhorar, assegurando que o sistema continue a evoluir de acordo com as necessidades do mercado de trabalho e os desafios regionais.

1. Alinhar os programas do EFP com as necessidades do mercado de trabalho

Embora a expansão do EFP tenha melhorado os resultados escolares em termos de emprego, muitos dos alunos que concluem cursos do EFP não se empregam em áreas relacionadas com a sua formação, o que revela um desalinhamento nas competências.

Recomendações:

- + Aprofundar as parcerias com as empresas: estabelecer parcerias formais entre as instituições de ensino e formação profissionais e os empregadores, com vista a conceber de forma conjunta os programas de estudo, adaptando-os às necessidades atuais e futuras em matéria de competências.³¹
- + Promover a aprendizagem em contexto de trabalho: reforçar os estágios e os programas de formação em ambiente de trabalho através de esforços coordenados entre as autoridades regionais e as empresas.

- + Simplificar os quadros jurídicos: simplificar os regulamentos que regem a formação em contexto de trabalho, de forma a mitigar os obstáculos enfrentados pelas empresas e a incentivar a colaboração entre escolas e empresas.
- + Melhorar a orientação profissional: proporcionar serviços de orientação profissional sólidos e baseados em dados factuais, de modo a ajudar os alunos finalistas a escolherem vias profissionais em linha com as suas competências.

2. Promover a coordenação regional através do planeamento intermunicipal

A elevada mobilidade dos indivíduos formados no ensino e formação profissionais sugere que, ao planear os cursos, é necessário que haja um maior alinhamento regional.

Recomendações:

- + Coordenar a oferta do EFP ao nível das comissões de coordenação regional: reunir municípios, empregadores e instituições de ensino para planear

conjuntamente a oferta de cursos com base nas tendências regionais.

- + Integração com as estratégias económicas regionais: alinhar o planeamento do EFP com objetivos de desenvolvimento mais vastos, com vista a melhorar a relevância e a eficiência.
- + Partilhar infraestruturas: permitir que os municípios coinvistam em instalações e equipamentos de EFP partilhados, sobretudo em zonas de baixa densidade populacional.

3. Aumentar a oferta de EFP nas regiões com menos cursos deste tipo

As disparidades de financiamento fizeram com que algumas regiões, como a AML e o Algarve, dispusessem de menos cursos do EFP.

Recomendações:

- + Orientar o investimento regional: dirigir estrategicamente os fundos nacionais e comunitários para regiões de baixa cobertura.

- + Incentivar a criação de cursos: proporcionar incentivos financeiros para a abertura de cursos do EFP em locais deficitários, dando prioridade ao alinhamento com as necessidades locais de mão de obra.

4. Assegurar o equilíbrio e a flexibilidade dos programas

Embora os alunos formados no EFP tenham bons resultados em termos de emprego, muitos acabam por trabalhar em setores de atividade sem relação com a sua formação ou em setores de atividade sazonal.

Recomendações:

- + Articular competências académicas e práticas: conceber programas que combinem competências académicas essenciais com formação técnica, de modo a aumentar a adaptabilidade.
- + Preparação para a sazonalidade: em cursos direcionados para áreas de atividade como o turismo e a agricultura, incorporar competências transferíveis, com vista a fomentar a empregabilidade durante todo o ano.

- + Promover a aprendizagem interdisciplinar: dinamizar métodos de ensino que associem as competências profissionais às disciplinas do ensino geral.
- + Atualizar regularmente o conteúdo dos cursos: incorporar, numa base contínua, os progressos digitais e a inovação empresarial e industrial, de forma a desenvolver competências atualizadas nestes domínios, em especial face às mudanças no mercado de trabalho impulsionadas pela automação e pela IA.³²

5. Promover o empreendedorismo através do EFP

Os programas de ensino e formação profissionais têm um impacto positivo na criação de empresas, nomeadamente promovendo o aumento da constituição de sociedades. No entanto, o seu efeito sobre a criação de empresas em nome individual (ENI) é significativamente menor.

Recomendações:

- + Integrar a formação empresarial nos cursos: incluir módulos sobre desenvolvimento

empresarial, inovação e criação do próprio emprego em todos os programas de EFP.

- + Apoiar a criação de novas empresas por parte dos indivíduos formados no ensino e formação profissionais: proporcionar mentoria, financiamento inicial e acesso a incubadoras de forma a fomentar a criação de empresas alinhadas com a sua formação.
- + Simplificação da burocracia e da orientação: criar balcões de apoio para ajudar os recém-formados do EFP no processo de registo de empresas em nome individual e no acesso aos regimes fiscais ou de segurança social adequados.
- + *Networking* e visibilidade: organizar feiras ou *market places* onde os recém-formados do EFP possam apresentar os seus serviços ou produtos, ajudando-os a ganhar visibilidade e a estabelecer contacto com potenciais clientes.

6. Melhorar a imagem pública do EFP

Apesar dos resultados positivos alcançados pelo EFP, persiste uma perceção pública pouco favorável.

Recomendações:

- + Destacar histórias de sucesso: divulgar as conquistas em matéria de emprego e de empreendedorismo alcançadas por pessoas formadas no EFP, através de campanhas e da comunicação social.
- + Assegurar o reconhecimento dos cursos por parte dos respetivos setores de atividade: estabelecer parcerias com os empregadores, de modo a aprovar formalmente as credenciais do EFP, promovendo a paridade com os graus académicos.

7. Monitorizar e avaliar o impacto do EFP

A avaliação contínua é essencial para manter a capacidade de resposta e a eficácia do EFP.

Recomendações:

- + Desenvolver estruturas de avaliação sólidas: acompanhar a eficácia dos cursos recorrendo a indicadores como taxas de emprego, rendimentos e resultados empresariais.
- + Tirar partido dos sistemas de dados integrados: utilizar as bases de dados do INE para criar perfis longitudinais das pessoas formadas no EFP e, assim, aperfeiçoar as medidas políticas em vigor.

- + Reforçar as plataformas existentes no sentido de prever necessidades através de novas fontes de dados: enriquecer as bases de dados com recurso a plataformas de emprego *online* e a dados de alta frequência do mercado de trabalho, com vista a melhorar as previsões e a relevância dos cursos.

6. Referências

CALLAWAY, B., e Sant'Anna, P. H. (2021). Difference-in-differences with multiple time periods. *Journal of Econometrics*, 225(2), 200-230.

FERREIRA, J. R., e Martins, P. S. (2023). Can Vocational Education Improve Schooling and Labour Outcomes? Evidence from a Large Expansion. *IZA Discussion Paper Series*, 7.

HARTOG, J., Raposo, P., e Reis, H. (2022). Fluctuations in a wage gap between vocational and general secondary education: lessons from Portugal. *Journal of Population Economics*, 35(2), 643-675.

RAMBACHAN, A., e Roth, J. (2023). A more credible approach to parallel trends. *Review of Economic Studies*, 90(5), 2555-2591.

7. Notas

- 1 A organização dos cursos de EFP também varia entre os países da UE-27. De acordo com os dados da rede Eurydice para o ano letivo de 2024/2025, 23 países oferecem programas ministrados só na escola e 17 oferecem programas que conjugam escola e local de trabalho. Alguns têm ambos os tipos de ofertas. Portugal oferece apenas programas baseados na escola. Fonte: [link](#).
- 2 O Programa Operacional Capital Humano (POCH) do Portugal 2020 foi o principal programa de financiamento europeu durante o período de 2014 a 2023. Foi aprovado na Decisão da Comissão Europeia de 12 de dezembro de 2014. O apoio aos cursos profissionais durante esse período ascendeu a 2455 M€ (2086 M€ do Fundo Social Europeu), representando 93% do total dos fundos do programa para a formação de jovens (fonte: [link](#)). Este programa foi precedido pelo QREN, entre 2007 e 2013, sendo o seu sucessor o Portugal 2030. Está também em curso um programa para a criação de 365 centros tecnológicos especializados, que irão reequipar e reforçar as infraestruturas tecnológicas dos estabelecimentos de ensino, com um orçamento total de 480 M€, financiado pelo plano nacional de recuperação e resiliência (PRR) (fonte: [link](#)).
- 3 De acordo com Ferreira e Martins (2023), a expansão dos cursos de EFP em Portugal impulsionou significativamente as taxas de conclusão do ensino secundário, aumentando a probabilidade de conclusão do curso em mais de 50 pontos percentuais para determinados alunos, em particular os que têm um baixo aproveitamento escolar, os que provêm de agregados familiares apoiados pela segurança social ou os que têm uma escolaridade parental mais baixa.
- 4 Fonte: OCDE, Education at a Glance 2024.
- 5 Estes valores representam a percentagem de empregabilidade entre todos os que concluíram recentemente o ensino secundário e que não estão a frequentar o ensino formal nem estágios, com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos no momento da conclusão do curso. Fonte: OCDE, Education at a Glance 2024.
- 6 Utilizando dados dos Quadros de Pessoal até 2013, Hartog *et al.* (2022) concluem que, no caso dos trabalhadores com o ensino secundário, se verificou uma redução gradual da diferença salarial entre os que seguiram vias gerais e os que seguiram programas de EFP: aos 30 anos, o prémio salarial do ensino geral é de 7,7% para a faixa etária nascida entre 1962 e 1967; 7,1% para a faixa etária nascida entre 1968 e 1970; 4,2% para a faixa etária nascida entre 1971 e 1979; e -0,4% para a faixa etária nascida entre 1980 e 1995 (verifica-se um padrão semelhante nos 18 e 40 anos). O valor negativo para a faixa etária mais recente indica que as pessoas formadas no ensino profissional estão atualmente a auferir salários mais elevados do que os seus pares do ensino geral. Ferreira e Martins (2023), utilizando também dados dos Quadros de Pessoal até 2013, corroboram a evidência de que as faixas etárias mais jovens de pessoas formadas no ensino profissional usufruíram de um pequeno prémio salarial (0,3%-0,7%) em comparação com os formados no ensino geral.
- 7 Uma visão geral destes cursos pode ser consultada [aqui](#).
- 8 O currículo está atualmente definido pelo Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. Componente sociocultural (1000 horas): Português, Língua Estrangeira, Área de Integração (um curso multidisciplinar), Tecnologias de Informação e Comunicação/Oferta de Escola, Educação Física. Componente científica (500 horas): 2-3 cursos (alguns exemplos: Biologia, Química, Economia, Geografia, História da Cultura e das Artes, Psicologia, Matemática). Componente tecnológica (entre 1000 e 1300 horas): módulos de curta duração criados especificamente para cada curso profissional.
- 9 Os outros cursos do EFP são: cursos de aprendizagem, cursos artísticos especializados e cursos com planos próprios.
- 10 Esta contagem reflete a primeira oferta de cursos ligados a profissões específicas (com base na Classificação Portuguesa das Profissões — CPP — a quatro dígitos) em cada município. Fonte: Bases de dados «Ensino secundário — Alunos matriculados, por ano letivo, oferta de educação e formação e idade/grupo etário», e dados administrativos da DGEEC.
- 11 «Áreas de Educação e Formação», de acordo com a Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF) — Portaria n.º 256/2005, de 16 de março.
- 12 O gráfico indica o número de vezes que um curso profissional ligado a uma profissão específica é introduzido pela primeira vez num município, por ano letivo.
- 13 Seguimos a metodologia de diferença nas diferenças escalonada descrita em Callaway e Sant’Anna (2021).
- 14 Também alargámos o grupo de controlo de modo a incluir municípios e setores onde mais tarde seria introduzido um novo curso, mas onde não tinha ainda começado. Esta alteração teve pouco efeito nos resultados, que se mantiveram muito semelhantes.
- 15 Quando as tendências preexistentes diferem entre os grupos — até seis anos antes do primeiro ano de conclusão de um curso —, ajustamos as estimativas de diferença nas diferenças usando a metodologia proposta por Rambachan e Roth (2023).

- 16** Cada novo curso profissional está associado a uma profissão específica — utilizamos a Classificação Portuguesa das Profissões (CPP) a quatro dígitos.
- 17** A correspondência com os cursos profissionais foi efetuada com recurso a informação obtida junto da ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional), no âmbito do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ). Este sistema orienta a rede de oferta formativa e o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).
- 18** O conjunto de dados dos Quadros de Pessoal é fornecido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Trata-se de uma base de dados longitudinal abrangente, com informações pormenorizadas sobre todas as empresas, estabelecimentos e respetivos trabalhadores em Portugal. Inclui as profissões dos trabalhadores (CPP a quatro dígitos) e as habilitações literárias. Contém ainda informação sobre o setor de atividade e o concelho onde se situa cada estabelecimento das empresas. Esta base de dados não inclui a administração pública, nem os trabalhadores por conta própria ou independentes.
- 19** Os resultados relativos ao impacto no emprego baseiam-se nos dados de todos os municípios de Portugal continental, exceto Lisboa, Porto e Braga, uma vez que estes últimos estão associados a alguns números anómalos. Além disso, é provável que uma grande parte dos impactos da criação de novos cursos nestes grandes municípios não seja captada pela nossa abordagem, devido aos efeitos indiretos sobre outros municípios. Ainda assim, quando a análise inclui a totalidade dos municípios, os resultados são muito semelhantes seja em relação aos impactos estimados em termos relativos, à relevância estatística e às principais conclusões.
- 20** Os dados referem-se ao impacto sobre o emprego nos anos que se seguem à abertura de um curso ligado a uma profissão específica num município.
- 21** Este número é inferior ao número total de novos cursos porque foram excluídos três municípios e porque há 76 novos cursos que não correspondem a nenhuma ocupação específica dos Quadros de Pessoal.
- 22** A este nível de agregação, existem atualmente 1017 novos cursos profissionais.
- 23** Por exemplo, quer os técnicos de ciências físicas e químicas (código 3111), quer os técnicos de engenharia civil (3112) pertencem ao grupo mais vasto dos técnicos de ciências físicas e engenharia (código 311).
- 24** Utilizamos a Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE), um sistema de códigos numéricos que identificam e classificam as atividades económicas.
- 25** Foi possível fazer corresponder a ocupação profissional de 728 novos cursos profissionais a uma atividade económica na CAE a quatro dígitos
- 26** A SCIE é uma base de dados longitudinal que regista informação detalhada das empresas. O conjunto de dados é fornecido pelo INE.
- 27** Tal como no caso do emprego, os municípios de Lisboa, Porto e Braga não são incluídos nesta análise. Os resultados obtidos numa análise que incluía estes municípios foram semelhantes em termos de impactos relativos, relevância estatística e principais conclusões.
- 28** A sigla ENI inclui tanto os «trabalhadores independentes» como os «empresários em nome individual». Um «empresário em nome individual» é um proprietário único que gere a sua empresa em nome próprio, assumindo pessoalmente a total responsabilidade por todas as atividades, lucros e dívidas da empresa. Isto significa que o indivíduo é diretamente responsável pelas obrigações financeiras e pelos resultados operacionais da empresa.
- 29** Mostra o efeito na taxa anual de criação de novas empresas nos anos que se seguem à abertura de um curso ligado a uma profissão específica num município.
- 30** Ao contrário da base de dados dos Quadros de Pessoal, no SCIE a informação refere-se ao nível da empresa e não ao nível do estabelecimento. A localização de cada empresa corresponde à sua sede. Este facto constitui uma limitação em termos da localização exata das novas empresas que têm estabelecimentos em diferentes concelhos.
- 31** Exemplos: «Ser Pro», da Iniciativa Educação; «Rede de Parceiros de Excelência para a Aprendizagem», do IEFPP; «programa PRO_MOV».
- 32** Fundação Francisco Manuel dos Santos (2025), «Automação e Inteligência Artificial no Mercado de Trabalho Português: Desafios e Oportunidades», *policy paper*.

Pedro S. Martins

É professor catedrático na Nova SBE. Obteve o seu doutoramento em 2005 pela Universidade de Warwick. Atualmente, é codiretor do Nova SBE Public Policy Institute, diretor do Economics for Policy Knowledge Center e membro do Centro de Economia da Educação da Nova SBE. É também presidente do conselho científico da Associação Empresários pela Inclusão Social e avaliador externo na Iniciativa Educação. Está atualmente a desenvolver um estudo sobre «Ensino profissionalizante, educação superior, e mercado de trabalho: análise de dados individuais cruzados», para a Planapp e a Fundação para a Ciência e Educação. Tem publicado vários estudos em revistas académicas internacionais nas áreas da economia do trabalho e da economia da educação.

Luís Catela Nunes

É doutorado em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, EUA. É professor catedrático na Nova SBE, onde foi presidente do conselho pedagógico, diretor-adjunto para a investigação e coordenador da sua unidade de investigação. Atualmente, é membro do conselho consultivo do EDULOG. É também codiretor científico do Centro de Economia da Educação da Nova SBE, onde tem coordenado diversos projetos, como «A repetição de anos é benéfica?», «O impacto do professor na aprendizagem dos alunos», «Inclusão e discriminação dos alunos imigrantes» e «Diagnóstico de necessidades docentes». Os resultados da sua investigação têm sido publicados em diversas revistas científicas internacionais.

Pedro Reis

É licenciado e mestre em Economia pela Nova SBE. Professor assistente convidado na mesma faculdade, na disciplina de Macroeconomia, lecionou, no passado, a disciplina de Introdução à Microeconomia. É também assistente de investigação no Centro de Economia da Educação da Nova SBE, no âmbito do estudo sobre «Os Retornos Económicos da Educação». Além de economia, interessa-se por história, política e literatura.

Teresa Thomas

É assistente de investigação no Centro de Economia da Educação da Nova SBE. Licenciada e mestre em Economia pela Nova SBE, destacou-se pelo seu envolvimento ativo em clubes e *think tanks* económicos da faculdade, colaborando em vários projetos de investigação e de escrita de artigos. Atualmente, integra a equipa do estudo da FFMS sobre «Os Retornos Económicos da Educação», coordenado por Luís Catela Nunes.

Policy Papers da Fundação

Os *Policy Papers* da Fundação são documentos de leitura rápida com recomendações e linhas de atuação para os decisores e para os responsáveis pelas políticas públicas nacionais.

Coordenador da Equipa de Estudos — Carlos Jalali
Diretor de publicações — António Araújo
Título — A Expansão dos Cursos Profissionais em Portugal: Que impacto na educação, no emprego e no empreendedorismo?
Autores — Pedro S. Martins, Luís Catela Nunes, Pedro Reis e Teresa Thomas
Revisão de texto — GoodSpell
Design e infografias — Guidesign

As análises, opiniões e conclusões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.